

Elizabeth Ferraz Barros

Mestranda em Controladoria e Contabilidade – FEA/USP
Auditora da Auditoria Geral do Estado do Maranhão
Pesquisadora da FIPECAFI – Laboratório de Auditoria

Valcemiro Nossa

Mestrando em Controladoria e Contabilidade – FEA/USP
Professor da Universidade Federal do Espírito Santo
Pesquisador da FIPECAFI

Introdução

A empresa é um sistema aberto composta de vários subsistemas, os quais interagem entre si e com o meio ambiente.

A interação da empresa com o meio, no qual está inserida, provoca influências recíprocas — a empresa continuamente afeta e é afetada pelo meio ambiente.

A assunção desta assertiva conduz à aceitação de que o resultado econômico da empresa não é decorrente, exclusivamente, de eventos provocados por ações implementadas pelos gestores.¹

Há que se considerar, pois, a existência de eventos que ocorrem no meio ambiente, independentemente da implementação de qualquer ação do gestor e cujos reflexos causarão um maior ou menor impacto no patrimônio da empresa de acordo com a alocação dos seus recursos e obrigações — são os impactos tempo-conjunturais.

Os impactos tempo-conjunturais são ocorrências que afetam o valor patrimonial da empresa, em decorrência da passagem do tempo e de variáveis ambientais.

O valor patrimonial da empresa, desta forma, é afetado na medida em que fica exposto às variáveis ambientais, quer sejam estas econômicas, sociais, políticas, tecnológicas, regulatórias, ou fortuitas. Embora o gestor não detenha o controle sobre as ocorrências externas à empresa, não está isento de responder pela correta alocação de recursos e obrigações que estão sujeitos a variações em função destas ocorrências, de forma a preservar o patrimônio da empresa.

Conquanto os impactos tempo-conjunturais estejam refletidos em todas as áreas da empresa, algumas delas, pela própria natureza de suas atividades, são mais suscetíveis aos seus efeitos, como é o caso da área financeira, também denominada “banco interno”.

Para fins deste artigo, considera-se o “banco interno” como a área da empresa cuja missão é assegurar o fluxo de recursos financeiros requeridos pelas diversas áreas da empresa.

¹ Evento, neste contexto, deve ser entendido como uma classe de transações que possuem o mesmo impacto patrimonial. Transação, por sua vez, pode ser entendida como uma ocorrência que produz impacto patrimonial.

Objetivo e Estrutura do Artigo

Pretende-se abordar, neste artigo, de que maneira as ocorrências decorrentes da passagem do tempo e de mudanças ambientais refletem-se na situação patrimonial da empresa, alterando a sua magnitude.

No tópico seguinte aborda-se as decisões financeiras sob dois aspectos distintos: a) sob o prisma do aspecto financeiro das decisões tomadas em todas as áreas da empresa e; b) como decisões relacionadas à gestão do fluxo financeiro na área financeira / “banco interno”, apresentando ainda, os modelos de gestão e decisão na área financeira, bem como o processo físico-operacional de alguns eventos em que esta área está envolvida.

Os impactos tempo-conjunturais são tratados no próximo tópico, explicitando-se as suas principais variáveis ambientais e discutindo-se os seus modelos de identificação, mensuração e informação.

Finalmente, apresenta-se um exemplo, evidenciando a mensuração de alguns impactos tempo-conjunturais e os seus reflexos na variação patrimonial da empresa.

Decisões Financeiras

A decisão é um ato de deliberação do gestor e ocorre em todas as áreas da empresa, em cada uma das fases do processo de gestão, quais sejam, planejamento, execução e controle.

A atenção estará voltada, neste artigo, para as decisões financeiras, as quais podem ser vistas sob dois prismas:

(I) aspectos financeiros das decisões ocorridas nas diversas áreas da empresa

Ao considerar a empresa como uma entidade dividida em diversas áreas, que possuem gestores com autonomia para decidir sobre variáveis que possam por eles ser controladas, entende-se as decisões financeiras como decisões que decorrem de pagamentos e recebimentos, cuja responsabilidade deverá ser atribuída ao gestor de cada área que tomou a decisão, uma vez que seja assumida a premissa de que a empresa é dividida em áreas de responsabilidade².

Este aspecto financeiro da decisão efetuada sobre cada evento é, entretanto, apenas um dos seus componentes, visto que dentro dos moldes da gestão econômica³ o gestor toma as suas decisões baseado em um modelo, denominado modelo de decisão. Este contempla dois aspectos: o aspecto operacional e o aspecto financeiro, os quais produzirão resultados das alternativas avaliadas, designados

² O gestor de cada área é responsável pelos custos e receitas sobre os quais este tenha a efetiva gestão, ou seja, o gestor tem autonomia para tomar decisões e responder pelos resultados operacionais e financeiros de sua área.

³ Gestão econômica é “um modelo gerencial para administração por resultados econômicos” (Guerreiro, 1996, p. 77)

resultado operacional e resultado financeiro. A conjugação destes dois resultados redundando no resultado econômico, que é a base para a decisão do gestor.

O aspecto operacional do modelo de decisão busca avaliar a melhor alternativa, considerando a sua face operacional, sob o ponto de vista das variáveis envolvidas nas receitas e custos operacionais.

O aspecto financeiro do modelo de decisão, por sua vez, tem como escopo avaliar as alternativas decorrentes da combinação de variáveis consideradas na escolha a ser efetuada, sob o ponto de vista do fluxo de recebimentos/pagamentos decorrentes da decisão.

Dentre as variáveis consideradas para utilização do modelo de decisão, no que se refere ao aspecto financeiro, pode-se elencar as seguintes, sem pretensão de exaurir o assunto:

- ⇒ data do evento;
- ⇒ preço à vista para a quantidade de produto/serviço;
- ⇒ preço a prazo para a quantidade de produto/serviço;
- ⇒ condição e prazos de recebimento/pagamento para a quantidade;
- ⇒ taxas de juros real no mercado para aplicação/captação, de acordo com os riscos envolvidos na transação;
- ⇒ estimativa da taxa de inflação interna e geral;
- ⇒ fornecedor/cliente envolvido na transação;
- ⇒ prazo de entrega do produto/serviço;
- ⇒ moeda a ser utilizada na transação;
- ⇒ impostos, fretes, etc.

(II) decisões relacionadas à gestão do fluxo financeiro na área financeira

A empresa necessita de recursos financeiros para conduzir suas atividades, seja para comprar, estocar, produzir, vender etc. Estes recursos são introduzidos na empresa através de aporte de capital dos acionistas, ou através de financiamentos de terceiros. O gerenciamento deste processo de captação de recursos de fontes externas à empresa e a disponibilidade destes para as diversas áreas responsáveis pelo desenvolvimento das atividades, segundo o entendimento dos autores, é uma atribuição da área financeira, também designada banco interno.

Esta percepção de atribuições da área financeira não se coaduna, todavia, com o exposto habitualmente na literatura tradicional, em que a responsabilidade do administrador financeiro é ampliada e este passa a responder por decisões que terão reflexos em outras áreas da empresa, que não a área financeira.

Por exemplo, para Van Horne (1984, p.2) o administrador financeiro deverá ser capaz de planejar eficientemente o volume adequado de recursos a serem empregados na empresa, de supervisionar a alocação destes recursos e de obtê-los nas condições mais favoráveis possíveis.

De acordo com Sanvicente (1987, p.17) o administrador financeiro está preocupado com “(1) a obtenção de recursos monetários para que a empresa desenvolva as suas atividades correntes e expanda a sua escala de operações, se assim for desejável, e (2) a análise da maneira (eficiência) com a qual os recursos obtidos são utilizados pelos diversos setores e nas várias áreas de atuação da empresa”.

A abordagem utilizada neste artigo, para discorrer sobre decisões financeiras no âmbito da área financeira/banco interno, desvia-se, contudo, da visão dos autores citados anteriormente. A missão da área financeira, aqui definida, é assegurar o fluxo de recursos financeiros requeridos pelas diversas áreas da empresa.

Esta concepção é condizente com Vasconcelos (1994):

“As decisões financeiras ocorrem nas diversas áreas operacionais de uma empresa e os seus respectivos tomadores de decisão devem ser responsabilizados por elas. Esta visão se traduz em uma abordagem diversa da visão clássica da administração financeira, cuja amplitude de responsabilidade é mais abrangente. Pela ótica da gestão econômica a área financeira deve se ater a questão de gestão de caixa, efetuando o papel de banco interno, captando e aplicando recursos no mercado financeiro. Tal área é tratada como uma área operacional, fornecendo os recursos requeridos internamente e aplicando os recursos disponíveis nas alternativas mais rentáveis, sendo portanto uma unidade contribuidora para o resultado global”.

Assume-se, então, que os gestores de cada área decidem sobre cada evento, sob os aspectos operacionais e financeiros, cuja repercussão pela decisão afetará a área sobre a qual este detém o controle, isentando, pois, o gestor da área financeira das responsabilidades decorrentes destas decisões. Ao área financeira/banco interno, são atribuídas, decisões concernentes à disponibilidade do fluxo de recursos na empresa, em consonância com o seu modelo de gestão.

Modelo de Gestão na Área Financeira

O modelo de gestão pode ser entendido como um conjunto de princípios permanentes

estabelecidos pelos donos da empresa, orientadores do seu processo de gestão.

Com a finalidade de orientar o processo operacional do banco interno, o modelo de gestão da área financeira deve refletir o conjunto de princípios e normas de conduta definidos no modelo de gestão da empresa.

Dentre o conjunto básico de definições que compõem o modelo de gestão caracterizado por Guerreiro (1989, p.243-245), destacam-se as seguintes, por acreditar que estão alinhadas ao processo de gestão da área financeira:

- ⇒ deve haver planejamento estratégico;
- ⇒ deve haver planejamento operacional;
- ⇒ o planejamento deve contemplar o curto e o longo prazo;
- ⇒ deve haver controle das atividades;
- ⇒ devem haver revisões e ajustes sempre que ocorrerem mudanças nas variáveis dos ambientes externo e interno que invalidem os planos;
- ⇒ deve haver uma preocupação com a identificação e a avaliação dos reflexos das variáveis internas e das variáveis ambientais;
- ⇒ devem ser atribuídos às áreas custos e receitas sobre os quais elas tenham efetivo controle;
- ⇒ os resultados devem evidenciar, separadamente, as contribuições das gestões operacional e financeira de cada área.

Com base nas definições acima, explicitar-se-á o modelo de gestão da área financeira, através de sua missão, de um conjunto de funções relacionadas a esta área e de suas responsabilidades.

Missão da Área Financeira

O banco interno deve contribuir para que os objetivos globais da empresa definidos no planejamento estratégico sejam alcançados, gerando receitas suficientes para cobrir seus custos de operação, bem como as despesas estruturais identificadas na área, colaborando dessa maneira para a otimização do resultado da empresa, uma vez que este é formado pela soma dos resultados das áreas.

Como abordado anteriormente, a missão da área financeira é assegurar o fluxo de recursos financeiros requeridos pelas áreas da empresa.

Funções Desempenhadas pela Área Financeira

O alcance da missão da área financeira está vinculado à execução de algumas funções, quais

sejam: o repasse de recursos financeiros para as diversas áreas da empresa, a cobrança e recebimento da remuneração do capital, a captação/aplicação de recursos no mercado financeiro e a gestão de recebíveis/exigíveis.

Assim, o banco interno deve suprir a necessidade de recursos financeiros das demais áreas, sempre que estes forem requeridos. Em função deste repasse, deve cobrar dessas áreas a remuneração pelo capital disponibilizado, uma vez que na ausência do banco interno as áreas seriam obrigadas a captar recursos no mercado financeiro. Neste sentido, a remuneração deve ter como parâmetro a taxa de juro real de captação no mercado. Da mesma forma, a área financeira deve remunerar as áreas que a desencarregam de desembolsos imediatos assumindo compromissos com prazos para pagamentos futuros. No caso, a remuneração é calculada com base na taxa de juro real de aplicação no mercado financeiro, visto que o não desembolso do dinheiro gera a alternativa de sua aplicação neste segmento.

A área financeira deve também ser responsável pela remuneração do capital investido, porque é através do banco interno que ingressam os recursos integralizados pelos acionistas. A base para esta remuneração é a taxa de juro real de aplicação, a qual corresponde à taxa provavelmente utilizada pelos acionistas em um investimento alternativo.

Outra função da área financeira é a captação de recursos necessários para a realização das atividades executadas nas diversas áreas da empresa. Esta área deve ser a porta de entrada e de saída do fluxo monetário na empresa. Assim, a área financeira necessita estar corretamente estruturada, de maneira que disponha de poder máximo de negociação junto aos fornecedores de capital (capital de terceiros), buscando sempre as melhores taxas de captação do recurso financeiro. Por outro lado, deve também aplicar os recursos financeiros excedentes, buscando as melhores oportunidades com melhores condições de liquidez/rentabilidade e menores riscos. Em suma, para justificar a existência do banco interno, o resultado proporcionado pelas operações de captação e aplicação deve ser superior ao que seria obtido se as diversas áreas da empresa recorressem ao mercado financeiro para captar e/ou aplicar.

Finalmente, extrapolando a função de captar e aplicar recursos financeiros, a área financeira da empresa deve dispor de mecanismos suficientes para negociação de descontos, de prazos e de outras variáveis envolvidas nas negociações de pagamentos/recebimentos das contas a pagar ou a receber. Torna-se necessário, ainda, a posse, pelo banco interno, de instrumentos de avaliação e cobrança de clientes, para que o recurso financeiro ingresse na empresa no menor prazo possível. Esses mecanismos e instrumentos possibilitarão um melhor gerenciamento nos índices de liquidez para atender aos compromissos assumidos pela empresa.

Responsabilidades da Área Financeira

Diante das funções descritas, as responsabilidades atribuídas à área financeira no desempenho de suas atividades são:

⇒ captação e aplicação de recursos financeiros no mercado;

- ⇒ gestão do fluxo de caixa;
- ⇒ fornecimentos de recursos financeiros às áreas da empresa;
- ⇒ pagamento de exigíveis;
- ⇒ cobrança de recebíveis;
- ⇒ gestão de recebíveis e exigíveis (cadastro avaliação, cobrança etc.);
- ⇒ remuneração do capital investido.

Modelo de Decisão na Área Financeira

A área financeira possui características diferentes das demais áreas da empresa, pois o principal recurso envolvido em suas transações é o dinheiro. Ao gestor dessa área cabe assegurar todo o fluxo de recursos financeiros requeridos pelas outras áreas da empresa, conforme definido no modelo de gestão.

Para que o gestor da área financeira otimize o resultado de sua área, é necessário que este disponha de um modelo de decisão que reflita as operações de seu processo físico-operacional, conforme definido a seguir:

MODELO DE DECISÃO DA ÁREA FINANCEIRA

(+) Receitas Financeiras (-) Custos Financeiros pagos a Terceiros (-) Custos do Capital Investido (+/-) Perdas/Ganhos Monetários (+/-) Variações Cambiais (=) MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA (-) Custos Fixos/Despesas Departamentais (=) RESULTADO DA ÁREA FINANCEIRA
(CATELLI, Armando. <i>Análise de Custos</i> . Notas de aula do curso de pós-graduação em Controladoria e Contabilidade, FEA/USP, 2. semestre/1997)

A seguir, apresenta-se as definições dos principais itens do modelo de decisão da área financeira:

- ⇒ **receitas financeiras** — são as receitas auferidas através das aplicações no mercado financeiro, bem como as remunerações recebidas das diversas áreas da empresa pela retenção de recursos financeiros. Como exemplo de remuneração recebida das áreas,

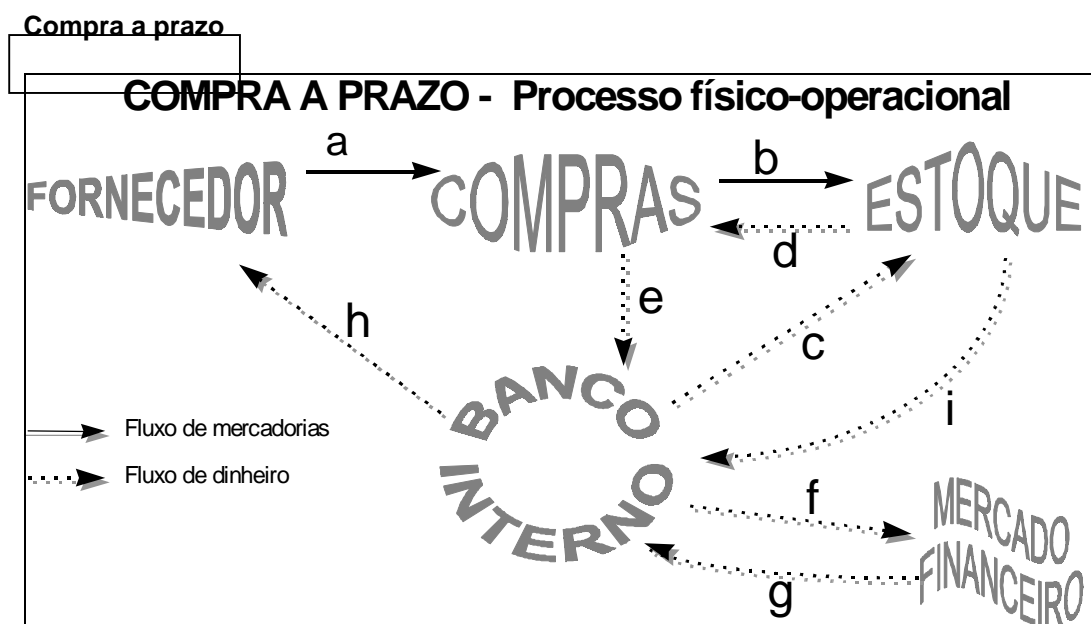
pode-se citar: receita de financiamento de estocagem, receita de financiamento de ativo fixo, receita de financiamento de contas a receber, etc.;

- ⇒ **custos financeiros pagos a terceiros** — são custos pagos a terceiros decorrentes de juros sobre financiamentos concedidos à empresa. Por exemplo, juros sobre empréstimos, juros sobre fornecedores, etc.;
- ⇒ **custos do capital investido** — são os custos de remuneração do capital disponibilizado pela empresa à área financeira para utilização no processo produtivo. Essa remuneração é calculada com base no custo de oportunidade, ou seja, baseada na melhor alternativa de aplicação do capital, o que poderia corresponder, por exemplo, a uma taxa de aplicação no mercado financeiro;
- ⇒ **perdas/ganhos monetários** — são as perdas ou os ganhos provenientes da exposição dos recursos financeiros às variações do poder aquisitivo da moeda. O gestor deve estar atento para minimizar as perdas e maximizar os ganhos com a inflação;
- ⇒ **variações cambiais** — são os ganhos ou as perdas provenientes da variação cambial nos recursos financeiros em moedas estrangeiras, tais como, dólar, marco, ien, etc.;
- ⇒ **custos fixos/despesas departamentais** — são os custos estruturais da área financeira, tais como: móveis, recursos humanos, telefone, etc.;

Conforme demonstrado na equação do modelo de decisão da área financeira, a margem de contribuição financeira é resultante da diferença entre as receitas financeiras e custos dos recursos financeiros, do capital investido, subtraído ou adicionado ainda das perdas/ganhos monetários e das variações cambiais. Da margem de contribuição financeira, deduzindo-se os custos fixos/despesas departamentais da área, obtém-se o resultado da área financeira.

Processo Físico-operacional de Alguns Eventos que Envolvam a Área Financeira

Para melhor caracterização das transações que envolvem a área financeira, evidenciar-se-á o processo físico-operacional de alguns eventos. Para isso, assume-se que, cada área da empresa possa ser considerada como uma micro-empresa isolada e que as transferências entre as áreas internas são efetuadas à vista.



Observando a figura acima, visualiza-se as seguintes operações no momento da compra (T0):

- a** — o *Fornecedor* transfere para *Compras* mercadorias, que possuem um determinado valor de mercado. Não ocorre pagamento ao fornecedor nesse momento;
- b** — *Compras* transfere para *Estoque* as mercadorias, considerando seu o valor de mercado;
- c** — *Estoque* solicita ao *Banco Interno* recurso financeiro para pagar *Compras* (no montante correspondente ao valor de mercado das mercadorias);
- d** — *Estoque* paga a *Compras* o valor solicitado ao *Banco Interno*;
- e** — *Compras* transfere para o *Banco Interno* o valor negociado com o *Fornecedor*, ajustado a valor presente, para que o *Banco Interno* aplique no *Mercado Financeiro* e posteriormente efetue o pagamento ao *Fornecedor*. No ajuste a valor presente é utilizada a taxa de juros de mercado, na qual a área de *Compras* conseguiria aplicar seus recursos;
- f** — o *Banco Interno* aplica no *Mercado Financeiro* o valor recebido de *Compras*;

No momento seguinte (T1) ocorrem as seguintes operações:

- g** — o *Banco Interno* resgata no *Mercado Financeiro* o valor aplicado acrescido dos rendimentos. Este montante deverá ser igual ou maior que o valor a pagar ao

Fornecedor;

- h — o *Banco Interno* paga ao *Fornecedor* o valor devido;
- i — enquanto o *Estoque* não vender ou transferir a mercadoria para outra área, estará retendo o recurso financeiro concedido pelo *Banco Interno*, devendo, neste caso, em decorrência da passagem do tempo, remunerar o *Banco Interno*. A esta remuneração está-se denominando “receita de financiamento de estocagem” na área financeira e “custo de financiamento de estocagem” na área de estocagem. No momento da venda da mercadoria ou de sua transferência para outra área, o *Estoque* devolve para o *Banco Interno* os recursos obtidos, acrescidos da remuneração do capital retido, cessando assim a responsabilidade de remuneração do *Estoque* ao *Banco Interno*.

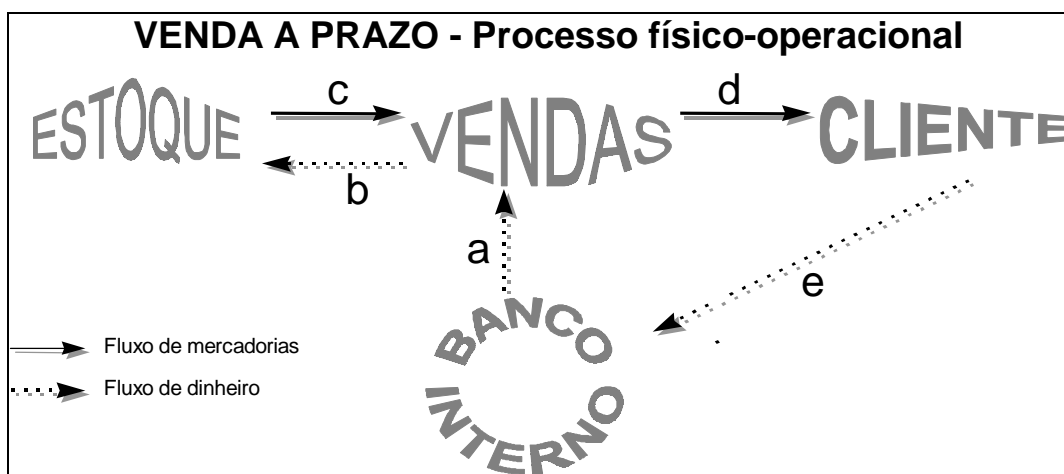
Na compra a prazo, a área financeira poderia ainda, em duas situações, proporcionar outros ganhos para a empresa:

- ⇒ utilizando o seu poder de negociação para aplicar o recurso transferido por *Compras* a uma taxa superior àquela usada no ajuste a valor presente;
- ⇒ negociando com o *Fornecedor* o pagamento antecipado com um desconto superior aos rendimentos da aplicação.

Caso a compra fosse efetuada à vista, as alterações no fluxo físico-operacional seriam as seguintes:

- ⇒ no momento que o *Fornecedor* entregasse a mercadoria para *Compras*, o *Banco Interno* pagaria ao *Fornecedor* o valor negociado à vista;
- ⇒ na operação caracterizada na letra **e** da figura, o valor corresponderia ao valor de negociação à vista;
- ⇒ não existiriam as operações descritas nas letras **f** e **g**.

Venda a prazo



No momento da venda (T0), ocorrem as seguintes operações:

- a — *Vendas* solicita dinheiro ao *Banco Interno* para comprar mercadorias de *Estoque*. O valor negociado entre *Vendas* e *Estoque* é o melhor preço de mercado pelo qual *Vendas* obterá a mercadoria que necessita;
- b — *Vendas* paga ao *Estoque* o valor dos produtos comprados;
- c — *Estoque* transfere para *Vendas* as mercadorias negociadas ao valor de mercado;
- d — *Vendas* transfere para *Cliente* a mercadoria no valor acordado, o qual difere do valor que seria negociado pela área de *Estoque*, considerando que *Vendas* dispõe de um poder de negociação. Como a venda foi efetuada a prazo, o recebimento do dinheiro ocorrerá apenas em um momento seguinte (T1);

Por ter efetuado a operação a prazo, faltou a *Vendas* recursos imediatos para devolução ao *Banco Interno* do numerário anteriormente recebido. A passagem do tempo gera, desta forma, a obrigação de *Vendas* remunerar o *Banco Interno*. A devolução do dinheiro obtido, acrescida da remuneração correspondente, será efetuada ao *Banco Interno* por *Vendas*, no momento que o *Cliente* efetuar o pagamento, conforme caracterizado na letra e da figura acima.

Ao efetuar a venda a prazo, a área financeira poderia também proporcionar outros ganhos para a empresa, nas seguintes situações:

- ⇒ utilizando o seu poder de negociação para captar o recurso fornecido para *Vendas* a uma taxa inferior àquela usada na remuneração de *Vendas* para o *Banco Interno*;
- ⇒ negociando com o *Cliente* o recebimento antecipado com um desconto inferior aos juros que estaria pagando na captação de recursos para financiar esta venda a prazo, ou ainda

um desconto inferior ao que conseguiria auferir de rendimentos aplicando o dinheiro recebido.

Caso a venda fosse efetuada à vista, a única alteração que existiria no fluxo físico-operacional ocorreria na operação caracterizada pela letra **e**. Nesse caso o recebimento aconteceria imediatamente e *Vendas* não necessitaria remunerar o *Banco Interno*, pois não haveria retenção de recursos.

Impactos Tempo-Conjunturais

O lucro mensurado economicamente é o melhor indicador da eficácia empresarial e corresponderá à diferença no valor do patrimônio da empresa entre dois momentos. De acordo com Reis (1997, p.16), a empresa é eficaz quando o resultado de suas atividades é recompensado com o lucro econômico, sendo esse evidenciado em cada evento econômico.

Dada esta relação entre o lucro e o evento econômico e, considerando que este último é o objeto da decisão, percebe-se a suma importância do gestor decidir sobre eventos cuja identificação, mensuração e informação foram executadas corretamente. O processo de identificar, mensurar e informar o evento deve respeitar a natureza de sua origem, a qual poderá ser interna ou externa.

Um evento é originado internamente quando a própria decisão do gestor desencadeia o evento, como é o caso dos eventos: Compra, Venda, Estocagem, etc.

No entanto, não pode ser desprezada a existência de eventos externos, decorrentes de alterações ocorridas nas variáveis ambientais, cujos impactos na empresa alteram a magnitude de seu patrimônio.

A natureza destas variáveis é ampla. Considerando a abordagem sistêmica da empresa, na qual é evidenciada a sua inter-relação com o ambiente, percebe-se como a empresa é afetada pelas variáveis ambientais ao mesmo tempo em que exerce influência sobre estas.

Vasconcelos (1994, p.97), considera como variáveis ambientais principais as seguintes:

- ⇒ **econômicas** — inflação prevista para o período, taxa de juros esperada a nível nacional e internacional, nível de investimento previsto dos concorrentes, crescimento projetado do PIB, etc.;
- ⇒ **sociais** — aumento/diminuição da taxa de desemprego no mercado de atuação da empresa, aumento/diminuição do nível de educação da população, etc.;
- ⇒ **políticas** — restrição pelo poder político nacional ao capital internacional, etc.;
- ⇒ **tecnológicas** — avanço da tecnologia de informação e seus reflexos nas operações de comercialização dos produtos, ou ainda o avanço no nível de tecnologia dos equipamentos produtivos utilizados pela empresa e por seus concorrentes;

⇒ **regulatórias** — intervenção do poder público quanto ao nível das taxas de juros, regulamentação de novos impostos, etc.;

Pode-se acrescentar ainda, aos elementos citados, as ocorrências fortuitas decorrentes de alterações no curso da natureza, tais como enchentes, secas, terremotos etc.

Denomina-se, então, impactos tempo-conjunturais as ocorrências que afetam o valor patrimonial da empresa, em decorrência da passagem do tempo e de mudanças conjunturais.

Os impactos tempo-conjunturais afetam todas as áreas da empresa, sobremaneira a área financeira, visto que as ocorrências desta área são, em sua grande maioria, resultantes de negociação de prazos. A título de exemplo, pode-se citar os seguintes impactos tempo-conjunturais:

⇒ **área de estocagem** - ganhos/perdas na estocagem;

⇒ **área financeira** - juros sobre fornecedores;

⇒ **área financeira** - juros sobre clientes;

⇒ **área financeira** - juros de aplicações financeiras;

⇒ **área financeira** - juros sobre empréstimos;

⇒ **área financeira** - perda monetária no caixa;

⇒ **área financeira** - remuneração do capital investido;

⇒ **área financeira** - remuneração das áreas ao *Banco Interno*;

⇒ **área de produção** - ganhos/perdas decorrentes da valorização/desvalorização no mercado para o fluxo de benefícios futuros dos ativos fixos;

Como anteriormente mencionado, os impactos tempo-conjunturais constituem-se em ocorrências que afetam a situação patrimonial da empresa e, como tais, necessitam ser corretamente identificados, mensurados e informados.

Identificação dos Impactos Tempo-Conjunturais

Identificar uma ocorrência consiste em reconhecê-la, classificá-la e registrá-la.

Para a correta identificação dos impactos tempo-conjunturais, faz-se necessário a utilização de

um modelo, o qual é definido como o conjunto de procedimentos e recursos organizados de maneira lógica e racional, para a percepção e melhor compreensão possível dos impactos que alteram o patrimônio da empresa, decorrentes de aspectos ambientais e da passagem do tempo. A percepção e compreensão dos impactos causadores de alterações no patrimônio da empresa variam em consonância com a origem da ocorrência, interna ou externa.

De acordo com Reis (1996, p. 7), “Quando o evento tem origem interna, ou seja, é provocado pelo gestor, a sua identificação é automática (...). Entretanto, quando o evento tem origem externa, ou seja, é decorrente de alterações ambientais, a sua identificação requer um esforço de monitoramento contínuo sobre as variáveis do ambiente...”.

Conforme explicado, os impactos tempo-conjunturais são eminentemente de origem externa e necessitam ser apreendidos no meio ambiente através de um instrumento oportuno. O modelo de identificação dos impactos tempo-conjunturais constitui-se nesta ferramenta e deve possibilitar a percepção das ocorrências externas à empresa em tempo hábil, para que o gestor possa aproveitar as oportunidades, ou evitar/minimizar as ameaças decorrentes destes impactos⁴.

De outra forma, o modelo de identificação dos impactos tempo-conjunturais deve atender aos seguintes requisitos:

- ⇒ responder o quê ocorreu (natureza do evento); onde ocorreu (quais as entidades afetadas); quando ocorreu e quando efetivar-se-á (horizonte temporal de seus impactos); e qual a causa da ocorrência (qual é a variável ambiental envolvida). (Reis, 1996, p.27);
- ⇒ o plano de eventos deve abranger todas as ocorrências que alterem o patrimônio da empresa;
- ⇒ a coleta de dados deve obedecer a estrutura determinada pela identificação, equacionando a entrada de dados no sistema (Cornachione Jr. et. al., p.19).

Mensuração dos Impactos Tempo-Conjunturais

Mensurar é conferir valores a atributos de objetos ou eventos, ou ainda mais especificamente, de acordo com Guerreiro (1989, p.2), definindo uma noção simplificada de mensuração: “...mensuração é simplesmente um processo de atribuição, onde (sic) números são atribuídos para representar alguns

⁴ É conveniente esclarecer que, este instrumento de captação das alterações nas variáveis ambientais deve ser suficientemente apto para apreender as informações estruturadas e as informações não estruturadas. Assim,

atributos de um objeto ou evento de interesse. Nesse contexto, pode-se identificar uma interação entre um conjunto de números e um conjunto de eventos ou objetos”.

A mensuração representa a tradução de uma ocorrência em uma unidade de medida. De acordo com Guerreiro (1989, p.77), na Contabilidade, cujo interesse repousa sobre a realidade econômica, a escala a ser utilizada é a unidade monetária. Após reconhecer a ocorrência há que se proceder à sua valorização monetária. Esta prática apresenta complexidades, as quais podem ser mais notáveis na mensuração dos impactos tempo-conjunturais, uma vez que a percepção destas ocorrências e a imputação de valores aos seus atributos, visando a representar o significado verdadeiro de objetos ou eventos, envolve aspectos subjetivos. Então, torna-se premente a utilização de um modelo apto a mensurar corretamente os impactos tempo-conjunturais, o qual deverá estar calcado em critérios de mensuração suficientes e atendendo a requisitos adequados.

Define-se o modelo de mensuração dos impactos tempo-conjunturais como um conjunto de critérios, cujo objetivo é fornecer a base conceitual adequada para a atribuição de valores às ocorrências, que alteram o patrimônio da empresa, decorrentes de aspectos ambientais e da passagem do tempo.

Para a atribuição de valores às ocorrências que provocam alteração no patrimônio da empresa, decorrentes da passagem do tempo e de mudanças nas variáveis ambientais, o modelo de mensuração dos impactos tempo-conjunturais deverá estar pautado nos seguintes conceitos fundamentais (Pinheiro e Reis, 1997, p.9) :

- ⇒ **utilização de padrão monetário** — o uso do padrão monetário permite que as várias ocorrências identificadas sejam convertidas em uma mesma unidade de medida;
- ⇒ **consideração das receitas e custos financeiros como decorrentes do valor do dinheiro no tempo** — as receitas e custos financeiros deverão ser apropriados em seu período de ocorrência, uma vez que são decorrentes de prazos obtidos e concedidos;
- ⇒ **utilização de uma moeda constante** — o uso de uma moeda constante possibilita que as ocorrências mensuradas sejam passíveis de comparação ao longo do tempo, expurgando destes valores o efeito da variação do poder aquisitivo da moeda;
- ⇒ **consideração dos ganhos e perdas sobre itens monetários** — a mensuração dos impactos tempo-conjunturais considera a valorização/desvalorização sobre itens do patrimônio que estão sujeitos a exposição da flutuação do poder aquisitivo da moeda;
- ⇒ **evidenciação dos valores a receber de clientes e valores a pagar aos fornecedores pelo valor presente** — a mensuração dos valores a receber e a pagar será evidenciada através do fluxo de recebimentos e pagamentos futuros esperados descontados a valor presente, visto que a apropriação dos juros no decorrer do tempo constituir-se-á em um

informações cuja fonte não está estruturada formalmente, mas que possam ser relevantes, devem ser contempladas.

impacto tempo-conjuntural;

- ⇒ **atribuição de valores ao ativo em consonância com a sua finalidade** — no pressuposto da continuidade, o ativo deverá ser avaliado de acordo com a sua finalidade. Assim, quando é destinado ao uso produtivo, seu valor corresponde ao preço corrente de reposição à vista; quando é destinado a venda, seu valor corresponde ao valor de realização e, quando é destinado a investimento, seu valor corresponde ao valor de mercado do fluxo de benefícios futuros descontados a valor presente;
- ⇒ **definição dos preços de transferência para remuneração das diversas áreas ao banco interno com base no conceito de custo de oportunidade** — a transferência de produtos/serviços entre áreas deve estar baseada em preços validados pelo mercado;
- ⇒ **atribuição à área financeira do custo de oportunidade do capital investido** — a área financeira deverá remunerar o capital investido.

O modelo de mensuração dos impactos tempo-conjunturais, estruturado de acordo com os critérios mencionados, deverá ser capaz de atender aos seguintes requisitos:

- ⇒ **computar e registrar as variações no valor dos recursos econômicos retidos** — as valorizações/desvalorizações atribuídas pelo mercado aos recursos retidos nas diversas áreas da empresa deverão ser computadas e registradas, considerando-se ainda o conceito de juro diferido no tratamento dos créditos e obrigações nominais, para que as demonstrações financeiras espelhem corretamente o patrimônio da empresa;
- ⇒ **considerar a remuneração sobre os recursos retidos pelas áreas** — as diversas áreas deverão remunerar a área financeira da empresa pelo fato de reterem recursos financeiros (capital empatado). A área financeira funciona como um banco interno na empresa e exige uma remuneração das diversas áreas para as quais repassou recursos;
- ⇒ **considerar a remuneração do capital próprio investido** — o capital investido na empresa pelos acionistas deverá ser remunerado pela área financeira da empresa a uma taxa no mínimo equivalente ao que seria obtido em outra aplicação, como a aplicação financeira, por exemplo;
- ⇒ **acompanhar e avaliar a área financeira** — todos os eventos relacionados às decisões financeiras são decorrentes de impactos tempo-conjunturais;
- ⇒ **manter a comparabilidade das informações no tempo** — o modelo de mensuração dos impactos tempo-conjunturais deverá estar estruturado de forma a permitir que as informações sejam comparáveis ao longo do tempo;

Informação dos Impactos Tempo-Conjunturais

Após identificar e mensurar os impactos tempo-conjunturais, a informação deve ser divulgada aos usuários que dela necessitam.

O modelo de informação dos impactos tempo-conjunturais pode ser entendido como o conjunto de conceitos e critérios que define a comunicação das informações decorrentes de impactos tempo-conjunturais aos gestores.

Para que seja gerada uma boa informação, o modelo de informação deve interagir com os modelos de identificação, decisão e mensuração. Guerreiro (1989, p.139-144) apresenta, de maneira geral, várias características para uma boa informação. Destaca-se a seguir aquelas que se consideradas mais específicas ao contexto deste artigo:

- ⇒ **adequação à decisão** — a informação deve ser adequada ao tipo de decisão, isto é, deve suprir o modelo decisorial do tomador de decisão;
- ⇒ **valor econômico** — a informação deve modificar o conhecimento que o usuário possui do seu meio ambiente, de tal forma que esse conhecimento aumente o valor esperado de uma decisão, em montante superior ao custo da geração da informação;
- ⇒ **oportunidade** — a informação deve encontrar-se disponível para o usuário no momento oportuno;
- ⇒ **precisão** — a informação deve ser precisa, não correta ou exata, ou seja, deve corresponder qualitativa e quantitativamente ao objeto que deseja medir, de acordo com as regras e critérios de mensuração definidos;
- ⇒ **exceção** — a informação deve enfatizar as exceções, ou seja, orientar as ações para o que está ocorrendo fora dos parâmetros pré-definidos;
- ⇒ **entendimento** — a informação deve ser facilmente compreensível pelo usuário;
- ⇒ **flexibilidade** — o sistema de informação deve ser flexível, ou seja, facilmente modificável para atendimento de novas necessidades informativas;
- ⇒ **tempo de resposta** — o sistema de informação deve ter um tempo de resposta curto, permitindo informações mais rápidas.

Exemplificação

Apresenta-se a seguir um exemplo de algumas transações que compreendem decisões financeiras e impactos tempo-conjunturais.

⇒ **Momento T0** — integralização de capital no valor de \$ 1.000,00 em dinheiro, sendo \$ 700,00 imediatamente aplicados no mercado financeiro.

⇒ **Momento T0'** — aquisição, a prazo, de 30 unidades de mercadorias para revenda, considerando as seguintes condições:

- ▷ Preço de mercado à vista para a quantidade total - \$ 426,00;
- ▷ Preço à vista negociado para a quantidade total - \$ 420,00;
- ▷ Preço a prazo negociado para a quantidade total - \$ 435,00;
- ▷ Condições de pagamento - 30 dias
- ▷ Estimativa da taxa de juros de aplicação - 5% para 30 dias;
- ▷ Estimativa da taxa de inflação - 1% para 30 dias;
- ▷ valor da moeda constante em T0 - \$ 1,00

Observações:

Valor a prazo para 30 dias - \$ 435,00

Valor a prazo para 30 dias expurgando o efeito da inflação $(435,00/1,01) = \$ 430,70$

Valor a prazo para 30 dias ajustado a valor presente $(430,70/1,05) = \$ 410,20$

Balanco Patrimonial (em moeda constante – MC)

ATIVO	T0	T0'	PASSIVO	T0	T0'
Caixa	300,00	300,00	Fornecedores		430,70
Aplicações Financeiras	700,00	700,00	(-)Juros diferidos nos fornecedores		(20,50)
Estoques		426,00	Capital Social	1.000,00	1.000,00
			Lucros Acumulados		15,80
Total do Ativo	1.000,00	1.426,00	Total do Passivo	1.000,00	1.426,00

Resultado da área de compras (em moeda constante - MC)

Momento T0':

Margem de contribuição operacional	6,00
Receita operacional de compras	426,00
(-)Custo operacional de compras	(420,00)
Margem de contribuição financeira	9,80
Receita financeira de compras (430,70 - 410,20)	20,50
(-)Custo financeiro de compras (430,70 - 420,00)	(10,70)
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO TOTAL	15,80

⇒ **Momento T1:**

A tabela a seguir mostra todos os dados que servirão de base para os cálculos seguintes (nas fórmulas serão utilizadas as letras identificadas em cada linha da tabela):

a) Saldo inicial de caixa	\$ 300,00
b) Saldo inicial de aplicações financeiras	\$ 700,00
c) Saldo inicial de estoques	\$ 426,00
d) Saldo inicial de fornecedores (valor presente)	\$ 410,20
e) Saldo inicial do patrimônio líquido	\$ 1.000,00
f) Saldo inicial de caixa em moeda constante (MC)	300,00
g) Saldo inicial de aplicações financeiras em MC	700,00
h) Saldo inicial de estoques em MC	426,00
i) Saldo inicial de fornecedores (valor presente) em MC	410,20
j) Saldo inicial do patrimônio líquido em MC	1.000,00
k) Valor corrente de reposição à vista do estoque (30 unidades)	\$ 465,00
l) Índice de inflação no período (T0 a T1)	1%
m) Taxa de juros de aplicação no período (T0 a T1)	5%
n) Taxa de juros de captação no período (T0 a T1)	6%
o) Valor da MC em T0	\$ 1,00
p) Valor da MC em T1	\$ 1,01

Eventos econômicos decorrentes simplesmente da passagem do tempo:

⇒ **Receita de juros de aplicação financeira**

$$((b \times l \times m) / p) - g \Rightarrow 700,00 \times 1,01 \times 1,05 = 742,35 / 1,01 = 735,00 - 700,00 = \mathbf{35,00}$$

⇒ **Juros sobre fornecedores**

$$((d \times l \times m) / p) - i \Rightarrow 410,20 \times 1,01 \times 1,05 = 435,02 / 1,01 = 430,70 - 410,20 = \mathbf{20,50}$$

⇒ **Valorização do estoque (ainda não vendido)**

$$((k / p) - h \Rightarrow 465,00 / 1,01 = 460,40 - 426,00 = \mathbf{34,40}$$

⇒ **Remuneração da área de estocagem à área financeira**

$$((c \times l \times n) / p) - h \Rightarrow 426,00 \times 1,01 \times 1,06 = 456,07 / 1,01 = 451,56 - 426,00 = \mathbf{25,56}$$

⇒ **Remuneração do capital investido**

$$((e \times l \times m) / p) - j \Rightarrow 1.000,00 \times 1,01 \times 1,05 = 1.060,50 / 1,01 = 1.050,00 - 1.000,00 = \mathbf{50,0}$$

⇒ **Perda monetária no caixa**

$$((a/o) - (a/p)) = ((300,00 / 1,00) - (300,00 / 1,01)) = 300,00 - 297,03 = \mathbf{2,97}$$

Variação Patrimonial (em moeda constante - MC)

CONTAS	SALDO ANTERIOR <i>T0</i>	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO FINAL <i>T1</i>
ATIVO	1.426,00	69,40	2,97	1.492,43
Caixa	300,00		2,97	297,03
Aplicações financeiras	700,00	35,00		735,00
Estoques	426,00	34,40		460,40
PASSIVO	1.426,00	4,07	70,50	1.492,43
Passivos exigíveis	410,20		20,50	430,70
Fornecedores	430,70			430,70
(-)Juros diferidos fornec.	(20,50)		20,50	-
Patrimônio Líquido	1.015,80	4,07	50,00	1.061,73
Capital	1.000,00			1.000,00
Remuner.do Capital Investido			50,00	50,00
Lucros Acumulados	15,80	4,07		11,73

Resultado das áreas (em moeda constante) - Momento T1

Área de Estocagem	
Margem de contribuição operacional	8,84
Receita operacional da estocagem	34,40
(-)Custo financiamento da estocagem	(25,56)

Margem de contribuição financeira	0,00
Receita financeira	0,00
(-)Custo financeiro	0,00
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO DA ÁREA	8,84

Área de Finanças	
Receitas Financeiras:	
Juros de aplicações financeiras	35,00
Receita de financiamento da estocagem	25,56
Custos Financeiros pagos a Terceiros:	
Juros sobre fornecedores	(20,50)
Custos do Capital Investido:	
Custo da remuneração do capital próprio	(50,00)
Perda Monetária no Caixa	(2,97)
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO DA ÁREA	
	(12,91)

O exemplo apresentado é bastante simplificado, porém pode-se, a partir dele, extrair as seguintes conclusões:

- ⇒ do momento **T0** para **T1** o patrimônio da empresa sofreu alterações, apesar da não ocorrência de qualquer transação resultante de decisão do gestor naquele período, em função simplesmente da passagem do tempo;
- ⇒ as variações percebidas no patrimônio da empresa poderiam ainda ser decorrentes, entre outros fatores, de mudanças nas taxas de juros e inflação em relação ao previsto. No presente exemplo, para efeito de simplificação não foram exploradas tais possibilidades;
- ⇒ observou-se que o patrimônio da empresa foi afetado em função dos impactos tempo-

conjunturais, consubstanciados nos seguintes efeitos:

- ▷ receita de juros de aplicação financeira;
- ▷ juros sobre fornecedores;
- ▷ valorização do estoque;
- ▷ remuneração do capital investido;
- ▷ perda monetária no caixa.

⇒ algumas variações no patrimônio são decorrentes de decisões financeiras tomadas em T_0 e T_0' como, por exemplo, a aplicação financeira (receita de juros), a compra a prazo (juros sobre fornecedor), etc.;

Conclusões

É fundamental que o gestor disponha de informações adequadas para que o processo decisório seja executado corretamente, ou seja, as decisões do gestor devem conduzir a empresa ao alcance da eficácia empresarial. Então, o subsistema de informação do sistema empresa carece estar estruturado de forma a fornecer ao gestor a informação correta. Neste sentido, todas as ocorrências, cujo impacto no patrimônio da empresa alterem a sua grandeza, sejam elas decorrentes da decisão do gestor, ou decorrentes de variáveis ambientais, devem ser contempladas no resultado econômico do período.

Este cenário conduz à premência de que sejam identificados, mensurados e informados corretamente os impactos tempo-conjunturais, os quais representam as ocorrências que afetam o valor patrimonial da empresa, em decorrência da passagem do tempo e de mudanças conjunturais.

Os impactos tempo-conjunturais ocorrem em todas as áreas da empresa; porém, a área financeira/banco interno é mais suscetível aos seus reflexos, visto que todo o resultado da gestão financeira é proveniente de impactos tempo-conjunturais. Neste trabalho, a área financeira é apresentada como a área da empresa cuja missão é assegurar o fluxo de recursos financeiros requeridos pelas outras áreas, não assumindo, todavia, a responsabilidade pela face financeira das decisões tomadas nestas áreas.

Considerando-se o contexto apresentado, este artigo foi desenvolvido de maneira a explorar os reflexos dos impactos tempo-conjunturais no resultado econômico da empresa e o papel da área financeira/banco interno na condução das decisões que envolvem recursos financeiros.

Resumo

Define-se impactos tempo-conjunturais como ocorrências que afetam o valor patrimonial da

empresa, em decorrência da passagem do tempo e de mudanças conjunturais. Tais ocorrências refletem-se em todas as áreas da empresa, sendo todavia mais perceptíveis na área financeira, tendo em vista que esta área concentra a maior parte das decisões decorrentes de negociação de prazo.

Enfatiza-se que a abordagem utilizada neste artigo, para discorrer sobre a área financeira também denominada de banco interno, considera que esta área tem como missão assegurar o fluxo de recursos financeiros requeridos pelas diversas áreas da empresa. O presente trabalho está centrado no papel desempenhado pela área financeira/banco interno, contemplados os seus modelos de gestão e decisão, bem como, na importância de corretamente identificar, mensurar e informar os impactos tempo-conjunturais.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Lauro Brito de. *Estudo de um modelo conceitual de decisão aplicado a eventos econômicos, sob a ótica da gestão econômica*. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.
- CATELLI, Armando (organização). *Gecon - gestão econômica: coletânea de trabalhos de pós-graduação em Controladoria e Contabilidade*. Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- CATELLI, Armando, GUERREIRO, Reinaldo e SANTOS, Roberto Vatan dos. Mensuração do resultado segundo a ótica da gestão econômica - Gecon. *In: Revista de Contabilidade do CRC-SP*. São Paulo, n.0, dezembro/1996.
- PARISI, Claudio et. al. Modelo de identificação e acumulação de resultado sob a ótica do GECON. *Caderno de Estudos*, São Paulo, FIPECAFI, v. 9, n. 15, p. 9-21, janeiro/junho, 1997.
- GUERREIRO, Reinaldo. *Modelo conceitual de sistema de informação de gestão econômica: uma contribuição à teoria da comunicação da contabilidade*. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.
- GUERREIRO, Reinaldo. *A meta da empresa: seu alcance sem mistérios*. São Paulo: Atlas, 1996.
- PINHEIRO, Fábio Araújo e REIS, Solange Garcia dos. *Os impactos tempo-conjunturais no patrimônio da empresa e uma proposta de atuação para a área financeira*. Trabalho (não publicado) apresentado na disciplina "Análise de Custos", Curso de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 1997.
- REIS, Ernando Antonio dos. *Decisões sobre eventos: um modelo para a eficácia da gestão*. Trabalho (não publicado) apresentado na disciplina "Controladoria Avançada", Curso de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 1996.

SANVINCENTE, Antonio Zoratto. *Administração financeira*. 3 ed., São Paulo: Atlas, 1987.

VAN HORNE, James C. *Fundamentos de administração financeira*. 5.ed., Rio de Janeiro: Prentice/Hall do Brasil., 1984.

VASCONCELOS, Marco Túlio de Castro. *O processo de gestão de finanças sob a ótica da gestão econômica*. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.